

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 536.770 - SP (2019/0294710-3)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : JOAO PAULO MARINI LIMA**  
**ADVOGADO : JOÃO PAULO MARINI LIMA - SP399034**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : ELIAS VALDEVINO (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ELIAS VALDEVINO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no *Habeas Corpus* n.º 2190878-81.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso preventivamente, após representação formulada pela Autoridade Policial, na data de 07/08/2019, por supostamente ter descumprido medidas protetivas determinadas judicialmente em favor da Vítima (fls. 16-17).

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem (fls. 23-28).

Neste *writ*, alega-se, em suma, a ausência dos requisitos autorizadores da segregação cautelar previstos no art. 312 do Código de Processo Penal. Alega-se, para tanto, que (fl. 10):

*"Ao paciente deve ser assegurado o direito de responder ao processo em liberdade, por não representar qualquer ameaça à ordem pública, à instrução do processual e por não haver possibilidade de se frustrar a aplicação da lei penal, configurando, repita-se, constrangimento ilegal a manutenção da prisão do paciente."*

Requer-se, em liminar e no mérito, a revogação da custódia cautelar do Paciente, com a expedição do competente alvará de soltura, ou, subsidiariamente, a imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório. Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia estreme de dúvidas, mormente diante do que consignou o Juízo de primeira instância ao decretar a prisão preventiva (fls. 16-17, sem grifos no original):

# Superior Tribunal de Justiça

*"Observo que o requerido descumpriu as medidas protetivas impostas em 23/07/2019, nos autos n. 1504374-59.2019.8.26.0344 (fls. 20/24), das quais teve conhecimento no dia 25/07/2019 (conforme certidão de fls. 24), aproximando-se da vítima e familiares, além de ameaçá-la de morte; e enviar mensagens para o trabalho e para a vítima.*

*Assim, considerando que o réu, enquanto as medidas protetivas estavam em vigor, desrespeitou as proibições de aproximação e contato com a vítima, apresentando incomum ousadia e ausência de freios inibitórios, além de tê-la ameaçado, reputo presentes os requisitos para decretação de sua prisão. [...]*

*Ressalto, ainda, que, acaso não seja detido, há fundado receio de que cumpra as ameaças feitas e cause trágicas consequências, como infelizmente não raras vezes acontecem em casos similares."*

O Tribunal estadual consignou o que se segue a respeito da manutenção da prisão cautelar do Acusado (fls. 23-28; sem grifos no original):

*"Das cópias acostadas aos autos, apura-se que os elementos colhidos são amplamente desfavoráveis ao paciente, pois, além de estar comprovada a materialidade dos fatos também existem fortes indícios de sua participação em tais eventos, posto que descumpriu medida protetiva anteriormente imposta, ao comparecer no local de trabalho da vítima, bem como proferiu ameaça verbal, consistente em dizer-lhe que 'verbis', 'estava esperando ela sair para matá-la, que mataria ela com um machado e beberia seu sangue'" (fls. 02 dos autos digitais de origem). Portanto, presente o primeiro requisito: o fumus commissi delicti.*

*[...]*

*Com efeito, examinando-se as especificidades do caso concreto, verifica-se versar a hipótese acerca de fatos concretamente graves, circunstância esta que desautoriza a sua permanência em liberdade, como forma de se garantir a ordem pública.*

*No caso em tela, resta evidente que, mesmo depois de intimado das medidas protetivas fixadas pelo Juízo, permaneceu investindo contra a vítima, de modo que se colocado em liberdade, presente a probabilidade concreta de ele, novamente, atentar contra a integridade da vítima, seja psicológica ou física."*

Como se percebe, os fundamentos da decretação da prisão preventiva não se mostram, em princípio, desarrazoados ou ilegais, mormente porque foi demonstrada a gravidade em concreto do delito e a periculosidade do Acusado (aproximou-se da Vítima e seus familiares, proferindo ameaças de morte e enviando mensagem para o seu trabalho, descumprindo medida cautelar anteriormente imposta), a revelar a necessidade de acautelar a ordem pública.

Assim, *primo ictu oculi*, a constrição tem base empírica idônea, pois a jurisprudência tem admitido como válida a decretação da prisão processual fundada no

# *Superior Tribunal de Justiça*

descumprimento de medidas protetivas. Exemplificativamente:

**"PROCESSUAL PENAL E PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. NEGATIVA DE AUTORIA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PRISÃO PREVENTIVA. DESPROPORCIONALIDADE. DESCABIMENTO. CRIMES COMETIDOS EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. DESCUMPRIMENTO REITERADO DE MEDIDAS PROTETIVAS. REITERAÇÃO DELITIVA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. RECURSO EM HABEAS CORPUS IMPROVIDO.**

*1. No procedimento do habeas corpus não se permite a produção de provas, pois essa ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano, por isso não é possível aferir a materialidade e a autoria delitiva.*

*2. A desproporcionalidade da prisão preventiva somente poderá ser aferida após a sentença, não cabendo, na via eleita, a antecipação da análise quanto a possibilidade de cumprimento de pena em regime menos gravoso que o fechado, caso seja proferido édito condenatório, porque exige produção de prova, o que não é permitido no procedimento do habeas corpus.*

*3. Apresentada fundamentação concreta para a decretação da prisão preventiva, explicitada no descumprimento reiterado de medidas protetivas deferidas à vítima, bem como na reiteração delitiva do acusado, não se há falar em ilegalidade a justificar a concessão da ordem de habeas corpus.*

*4. Recurso em habeas corpus improvido." (RHC 97.412/MS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 02/08/2018, sem grifos no original.)*

Em verdade, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável nesta fase processual, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Juízo de primeiro grau e ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, nas quais deverá constar a respectiva senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica da Corte *a quo* requeira a sua utilização.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora

